



COLEÇÃO MANUAIS DA  
**NUTRIÇÃO**

**6** **SAÚDE  
PÚBLICA**

---

**AUTORAS**

CAMILA DUARTE FERREIRA

EUNICE ALVES DA SILVA NETA

KELCYLENE GOMES DA SILVA FERNANDES

LAÍS SPÍNDOLA GARCÊZ

LUCIANA SIGUETA NISHIMURA

MAYARA MONTE FEITOSA

editora  
**SANAR**

© Todos os direitos autorais desta obra são reservados e protegidos à Editora Sanar Ltda. pela Lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume ou qualquer parte deste livro, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, gravação, fotocópia ou outros), essas proibições aplicam-se também à editoração da obra, bem como às suas características gráficas, sem permissão expressa da Editora.

**Título** | Saúde Pública  
**Editor** | Geisel Alves  
**Projeto gráfico e Diagramação** | Editorando Birò  
**Capa** | Editorando Birò  
**Edição de Texto** | Thais Alvarenga  
**Conselho Editorial** | Caio Vinicius Menezes Nunes  
Itaciara Larroza Nunes  
Paulo Costa Lima  
Sandra de Quadros Uzêda  
Silvio José Albergaria da Silva

Dados Internacionais de Catalogação-na- Publicação (CIP)

S255 Saúde pública / Camila Duarte Ferreira ... [et al.], autoras ; Micaela Marques Santana Alves, revisores. – Salvador : SANAR, 2018.  
324 p. : il. ; 16x23 cm. – (Coleção Manuais em Nutrição ; v. 6)

ISBN 978-85-5462-037-0

1. Saúde pública. I. Ferreira, Camila Duarte. II. Alves, Micaela Marques Santana, rev. III. Série.

CDU: 614

Elaboração: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

editora  
**SANAR**

**Editora Sanar Ltda.**

Rua Alceu Amoroso Lima, 172  
Caminho das Árvores,  
Edf. Salvador Office & Pool, 3º andar.  
CEP: 41820-770, Salvador - BA.  
Telefone: 71.3052-4831  
[www.editorasanmar.com.br](http://www.editorasanmar.com.br)  
[atendimento@editorasanmar.com.br](mailto:atendimento@editorasanmar.com.br)

# AUTORES

## **CAMILA DUARTE FERREIRA**

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Ciência de Alimentos pela UFBA. Doutoranda em Alimentos, Nutrição e Saúde pela UFBA. Nutricionista e coordenadora dos laboratórios da Escola de Nutrição da UFBA. Autora dos livros Super Revisão Nutricionista EBSERH; Coleção Manuais da Nutrição, Volumes 01 - Fundamentos da Nutrição, 02 - Nutrição e os Ciclos da Vida, 03 - Nutrição Clínica e 04 - Alimentação Coletiva e Microbiologia de Alimentos.

## **EUNICE ALVES DA SILVA NETA**

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Pós-Graduada em Nutrição Clínica pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX).

## **LAÍS SPÍNDOLA GARÊZ**

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pós-Graduada em Nutrição Clínica pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX). Mestre em Alimentos e Nutrição pelo Programa de Pós-Graduação em Alimentos e Nutrição da UFPI. Doutoranda em Alimentos, Nutrição e Saúde pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Autora do livro 1.000 Questões Comentadas de Provas e Concursos em Nutrição.

## **LUCIANA SIGUETA NISHIMURA**

Graduada em Nutrição pelo Centro Universitário São Camilo. Pós-Graduada em Fisiologia do exercício (UNIFESP). Mestre em Nutrição Humana Aplicada (USP). Doutora em Ciências dos Alimentos (USP). Professora titular do curso de Nutrição (UNIP). Autora do livro 1.000 Questões Comentadas de Provas e Concursos em Nutrição.

## **KELCYLENE GOMES DA SILVA FERNANDES**

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Ciências pelo programa Ciência dos Alimentos da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (FCF/ USP). Pós-graduada em Nutrição Esportiva pelo Centro de Estudos em Fisiologia do Exercício e Treinamento (CEFIT). Autora do livro 1.000 Questões Comentadas de Provas e Concursos em Nutrição.

## **MAYARA MONTE FEITOSA**

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Ciências e Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências e Saúde da UFPI. Professora do curso de Nutrição da Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU). Autora do livro 1000 Questões Comentadas de Provas e Concursos em Nutrição.

# REVISORES TÉCNICOS

## **MICAELA MARQUES SANTANA ALVES**

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especializada, sob a forma de residência, em Saúde da Família pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ). Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde pela UFBA. Mestre em Ciência de Alimentos pela UFBA. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação e Cultura (NEPAC) e membro do Núcleo de Pesquisa em Nutrição e Políticas Públicas (NNPP).

## **LARISSA CRISTINA FONTENELLE**

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Alimentos e Nutrição pela UFPI. Docente no curso de Nutrição na Faculdade UNINASSAU (Aliança – Teresina).

## **EDUARDO EMANUEL SÁTIRO VIEIRA**

Graduado em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pós-Graduado em Saúde Pública com ênfase na ESF pelo Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (IESRSA). Mestre em Alimentos e Nutrição pela UFPI.

## **FRANÇOALDO BEZERRA E SILVA**

Graduado em Medicina pela Faculdade Integral Diferencial, FACID DEVRY, 2016.

## **CELSA FERREIRA LUSTOSA**

Formada em Nutrição pela UFPI (2003). Especialização em Alimentos e Nutrição pela UFPI (2004). Mestrado em Alimentos e Nutrição (2011) pela UFPI. Nutricionista do Hospital de Urgência de Teresina e do Hospital Infantil Lucidio Portela

## **AMANDA FORSTER LOPES**

Nutricionista pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2010), Especialista pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Criança e do Adolescente - Área de Concentração Oncologia Pediátrica da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (2013), mestre em Ciências, área de concentração: Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo- USP (2015). Atualmente é doutoranda pelo Departamento de Saúde Materno Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - USP.

## **VANESSA BRITO LIRA DE CARVALHO**

Graduada em nutrição pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Alimentos e Nutrição pela UFPI. Pós-graduanda em Fitoterapia pela Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP). Nutricionista do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) no município de União-PI.

# APRESENTAÇÃO

VOLUME 6 - SAÚDE PÚBLICA

A coleção **Manuais da Nutrição** é o melhor e mais completo conjunto de obras voltado para a capacitação e aprovação de nutricionistas em concursos públicos e programas de residências do Brasil. Elaborada a partir de uma metodologia que julgamos ser a mais apropriada ao estudo direcionado para as provas em Nutrição, contemplamos os 6 volumes da coleção com os seguintes recursos:

- ✓ Teoria esquematizada de todos os assuntos;
- ✓ Questões comentadas alternativa por alternativa (incluindo as falsas);
- ✓ Quadros, tabelas e esquemas didáticos;
- ✓ Destaque em vermelho para as palavras-chave;
- ✓ Questões categorizadas por grau de dificuldade, de acordo com o modelo a seguir:

FÁCIL	● ○ ○
INTERMEDIÁRIO	● ● ○
DIFÍCIL	● ● ●

Elaborado por professoras com sólida formação acadêmica em Nutrição, a presente obra é composta por um conjunto de elementos didáticos que em nossa avaliação otimizam o estudo, contribuindo assim para a obtenção de altas performances em provas e concursos na Nutrição.

**GEISEL ALVES**

Editor

# SUMÁRIO

<b>1. SISVAN - SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>	<b>13</b>
1. Introdução .....	13
<b>2. Grupos contemplados pelo SISVAN</b> .....	<b>16</b>
2.1.Crianças .....	17
2.2 Adolescentes .....	20
2.3 Adultos.....	22
2.4 Idosos .....	23
2.5 Gestantes .....	24
<b>3. Dez passos para a alimentação saudável - SISVAN (2008)</b> .....	<b>25</b>
3.1 “Os 10 passos para a alimentação saudável de crianças menores de 2 anos”2 .....	25
3.2 “Os 10 passos para a alimentação saudável de crianças de 2 a 10 anos”2 .....	26
3.3 “Os 10 passos para a alimentação saudável de adolescentes”2 .....	28
1.3.4 “Os 10 passos para a alimentação saudável de adultos”2 .....	28
1.3.5 “Os 10 passos para a alimentação saudável de idosos”2 .....	29
<b>Quadro resumo</b> .....	<b>31</b>
<b>Quadro esquemático</b> .....	<b>32</b>
<b>Questões comentadas</b> .....	<b>33</b>
<b>Referências</b> .....	<b>47</b>
<b>2. PAT- PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR</b>	<b>49</b>
1. Introdução .....	49
2. Recomendações nutricionais do PAT .....	50
3. Modalidades de execução do PAT .....	51
<b>3. PNAN - POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO</b>	<b>67</b>
1. Introdução .....	67
<b>2. Propósito e diretrizes da PNAN</b> .....	<b>68</b>
2.1 Organização da atenção nutricional.....	69
2.2 Promoção da alimentação adequada saudável (PAAS) .....	70
2.3 Vigilância alimentar e nutricional (VAN).....	70
2.4 Gestão das ações de alimentação e nutrição .....	71
2.5 Participação e controle social .....	72
2.6 Qualificação da força de trabalho.....	72

2.7 Controle e regulação dos alimentos .....	73
2.8 Pesquisa, inovação e conhecimento em alimentação e nutrição .....	73
2.9 Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional .....	75
<b>3. Responsabilidades do Ministério da Saúde .....</b>	<b>76</b>
<b>Quadro resumo .....</b>	<b>80</b>
<b>Quadro esquemático .....</b>	<b>81</b>
<b>Questões comentadas .....</b>	<b>82</b>
<b>Referências .....</b>	<b>100</b>
<b>4. PROGRAMAS VOLTADOS PARA CARÊNCIAS NUTRICIONAIS</b> .....	<b>103</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>103</b>
<b>2. Anemia por deficiência de ferro .....</b>	<b>104</b>
2.1 Como prevenir e controlar a anemia .....	107
2.2 Programa nacional de suplementação de ferro.....	110
<b>3. Deficiência de vitamina A .....</b>	<b>111</b>
3.1 Recomendação de ingestão diária de vitamina a e como prevenir a DVA .....	113
3.2 Programa nacional de suplementação de vitamina A .....	116
<b>4. Deficiência de iodo .....</b>	<b>121</b>
4.1 Recomendação de ingestão diária de iodo .....	122
4.2 Prevenção e tratamento dos distúrbios por deficiência de iodo .....	123
4.3 Programa pró-iodo .....	124
<b>Quadro resumo .....</b>	<b>130</b>
<b>Quadro esquemático .....</b>	<b>131</b>
<b>Questões comentadas .....</b>	<b>132</b>
<b>Referências .....</b>	<b>152</b>
<b>5. PNAE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b> .....	<b>155</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>155</b>
<b>2. Objetivo e diretrizes do programa .....</b>	<b>156</b>
<b>3. Participantes do programa .....</b>	<b>159</b>
<b>4. Entidade executora - EEx .....</b>	<b>161</b>
<b>5. Nutricionista no PNAE .....</b>	<b>162</b>
<b>6. Conselho de Alimentação Escolar (CAE) .....</b>	<b>165</b>
<b>7. Compras no PNAE .....</b>	<b>167</b>
<b>8. Suspensão do repasse dos recursos do PNAE.....</b>	<b>169</b>
<b>Quadro resumo .....</b>	<b>170</b>
<b>Quadro esquemático .....</b>	<b>171</b>
<b>Questões comentadas .....</b>	<b>173</b>
<b>Referências .....</b>	<b>183</b>

<b>6. LOSAN - LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>	<b>185</b>
1. Introdução .....	185
2. Criação da LOSAN .....	186
3. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional .....	187
4. Decreto nº 7.272, de 25 de Agosto de 2010 .....	189
Quadro resumo .....	192
Questões comentadas .....	193
Referências .....	195
<b>7. POF - PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES</b>	<b>195</b>
1. Introdução .....	197
2. Transição nutricional .....	200
3. Mudanças no padrão de consumo alimentar entre os anos de 1970 a 1987 .....	201
4. Mudanças no padrão de consumo alimentar entre os anos de 1987 a 1996 .....	202
5. Mudanças no padrão de consumo alimentar entre os anos de 1996 a 2003 .....	204
6. Mudanças no padrão de consumo alimentar entre os anos de 2003 - 2017 .....	205
7. Mudanças no estado nutricional da população brasileira da década de 1970 até os dias atuais .....	207
Quadro resumo .....	214
Questões comentadas .....	215
Referências .....	223
<b>8. GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA E PIRÂMIDE ALIMENTAR</b>	<b>225</b>
1. Introdução .....	225
2. Guia alimentar para a população brasileira .....	226
2.1 Capítulo 1 .....	228
2.2 Capítulo 2 .....	229
2.3 Capítulo 3 .....	231
2.4 Capítulo 4 .....	232
2.5 Capítulo 5 .....	233
3. Pirâmide alimentar brasileira .....	236
Quadro resumo .....	240
Questões comentadas .....	241
Referências .....	251
<b>9. ATENÇÃO BÁSICA</b>	<b>253</b>
1. A atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) .....	253
1.1 Fundamentos da Atenção Básica: .....	254



2. Estratégia Saúde da Família (ESF) .....	256
3. Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) .....	257
4. Ações de alimentação e nutrição na atenção primária à saúde .....	259
Quadro resumo .....	261
Questões comentadas .....	262
Referências .....	270

## **10. EPIDEMIOLOGIA** **273**

1. Introdução .....	273
2. Indicadores de saúde .....	274
3. Doenças endêmicas e epidêmicas .....	276
3.1 O agente infeccioso .....	277
4. Transição epidemiológica no Brasil .....	278
Quadro resumo .....	279
Questões comentadas .....	280
Referências .....	282

## **11. EDUCAÇÃO NUTRICIONAL** **203**

1. Introdução .....	283
2. Princípios das ações de EAN .....	284
3. Modelo transteórico .....	285
4. Programa de educação nutricional (PEN) .....	286
Quadro resumo .....	290
Questões comentadas .....	291
Referências .....	298

## **12. ÉTICA, BIOÉTICA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL** **299**

1. Introdução .....	299
2. Ética e bioética .....	300
2.1 Código de Ética Profissional .....	300
3. Exercício profissional .....	303
3.1 Sistema CFN/CRN .....	304
4. Áreas de atuação do nutricionista .....	307
5. Código de ética e de conduta do nutricionista .....	307
Quadro resumo .....	311
Questões comentadas .....	312
Referências .....	323

# Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)

CAPÍTULO

1

## O que você irá ver nesse capítulo:

- ✓ 1.Introdução
- ✓ 2.Grupos contemplados pelo SISVAN
- ✓ 3.Dez passos para a alimentação saudável - SISVAN (2008)
- ✓ 4.Quadro resumo
- ✓ 5.Quadro esquemático
- ✓ 6.Questões comentadas
- ✓ Referências

## 1. INTRODUÇÃO

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) foi regulamentado como atribuição do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Portaria nº 080-P, de 16 de outubro de 1990, do Ministério da Saúde e da Lei nº 8080/ 1990, capítulo I, artigo 6º, inciso IV – Lei Orgânica da Saúde. O SISVAN é um sistema de informações com o objetivo central de dar subsídios para a tomada de decisões e ações em alimentação e nutrição nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), e embora houvesse recomendação para a sua criação desde a década de 1970 pela OMS, OPAS e FAO-ONU, somente na década de 1990 foi implementado no Brasil<sup>1</sup>.

Além do exposto e com base na terceira diretriz da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que será abordada no terceiro capítulo desse volume, e se refere à avaliação e ao monitoramento da situação alimentar e nutricional da população brasileira, faz-se necessário destacar que as ações de vigilância alimentar e nutricional, realizadas com os usuários do SUS, devem ser incorporadas às rotinas de atendimento na rede básica de saúde. O objetivo é a detecção precoce de situações de risco nutricional e

à prescrição de ações que possibilitem prevenir agravos à saúde e reverter ao quadro de normalidade quando possível<sup>2</sup>.

Assim, o SISVAN destina-se ao diagnóstico descritivo e analítico da situação alimentar e nutricional da população brasileira, contribuindo para que se conheça a natureza e a magnitude dos problemas de nutrição, identificando áreas geográficas, segmentos sociais e grupos populacionais de maior risco aos agravos nutricionais. Outro objetivo é avaliar o estado nutricional de indivíduos para obter o diagnóstico precoce dos possíveis desvios nutricionais, seja baixo peso ou sobrepeso/obesidade, evitando as consequências decorrentes desses agravos à saúde<sup>2</sup>.

A proposta brasileira do SISVAN foi concebida em três eixos, de modo a fomentar: a formulação de políticas públicas, estratégias, programas e projetos sobre alimentação e nutrição; o planejamento, o acompanhamento e a avaliação de programas sociais nas áreas alimentar e nutricional; a operacionalização e o ganho de eficácia das ações de governo<sup>1</sup>. Os marcos legais da atenção básica são os arcabouços teóricos que dão sustentação às ações de vigilância alimentar e nutricional, incluindo aquelas previstas nos protocolos de assistência à saúde<sup>1,2</sup>. As principais leis e portarias relacionadas a essas ações encontram-se descritas no Quadro 1.

**Quadro 1. Marcos regulatórios da alimentação e nutrição no Brasil<sup>1,2</sup>**

Portaria nº1. 156, de 31 de agosto de 1990.	<p>Institui o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN e seus objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter o diagnóstico atualizado da situação do país, no que se refere aos problemas da área de alimentação e nutrição que possuem relevância em termos de saúde pública.</li> <li>• Identificar as áreas geográficas e grupos populacionais sob risco, avaliando as tendências temporais de evolução dos problemas detectados.</li> <li>• Reunir dados que possibilitem identificar e ponderar os fatores mais relevantes na gênese desses problemas.</li> <li>• Oferecer subsídios ao planejamento e à execução de medidas para a melhoria da situação alimentar e nutricional da população brasileira.</li> </ul>
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.	Lei Orgânica do SUS: dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Define-se como campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS a vigilância nutricional e a orientação alimentar.
Portaria nº080-P, de 16 de outubro de 1990.	Constitui o Comitê Assessor do SISVAN para oferecer apoio técnico-operacional à implementação do SISVAN.
Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999.	Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).

Portaria nº 2.246, de 18 de outubro de 2004.	Institui e divulga as orientações básicas para a implementação das ações de vigilância alimentar e nutricional no âmbito das ações básicas de saúde no SUS, em todo o território nacional.
Portaria Interministerial nº 2.509, de 18 de novembro de 2004.	Institui o Programa Bolsa Família e inclui a vigilância alimentar e nutricional nas ações a serem oferecidas pelo setor saúde aos beneficiários.
Portaria nº 2.608/ GM, de 28 de dezembro de 2005.	Define recursos financeiros da vigilância em saúde para incentivar a estruturação de ações de vigilância e prevenção de doenças e de agravos não transmissíveis por parte das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde das capitais brasileiras.
Portaria nº 399/ GM, de 22 de fevereiro de 2006.	Contempla o Pacto firmado entre os gestores do SUS, em suas três dimensões: pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. O Pacto pela Vida é o compromisso entre os gestores do SUS em torno de prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira. Entre as seis prioridades pactuadas, destacam-se a saúde do idoso, a redução da mortalidade infantil e materna e a promoção da saúde, com ênfase na atividade física regular e na alimentação saudável.
Portaria nº 648/ GM, de 28 de março de 2006.	Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).
Portaria nº 687 MS/GM, de 30 de março de 2006.	Aprova a Política Nacional de Promoção da Saúde, com o objetivo de promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes.
Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006.	Trata-se de portaria estabelecida entre o Ministério da Saúde e da Educação, que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.
Portaria nº 1.097, de 22 de maio de 2006.	Institui as diretrizes para a Programação Pactuada e Integrada (PPI) da Assistência à Saúde, que define ações dos gestores para a garantia do acesso da população aos serviços de saúde.
Portaria Nº 984, de 6 de julho de 2006.	Institui o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional para os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (SISVAN-Indígena).
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.	Lei Orgânica de Segurança alimentar e Nutricional (LOSAN): cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. Destaca-se que o SISAN tem como base, entre outras diretrizes, o monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo.

Portaria nº 325/GM, de 21 de fevereiro de 2008.	Estabelece prioridades, objetivos e metas do Pacto pela Vida para 2008, os indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde e as orientações, prazos e diretrizes para a sua pactuação. Um dos indicadores principais da prioridade de fortalecimento da atenção básica refere-se à definição de metas para a redução do percentual de crianças menores de cinco anos com baixo peso por idade, com base nos dados do SISVAN. Como indicador complementar, destaca-se também o aumento da cobertura de acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com perfil saúde.
Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.	Institui o Programa Saúde na Escola, cujas ações de saúde devem ser desenvolvidas com a rede de educação pública básica, em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS, compreendendo, entre outras ações, a avaliação nutricional dos escolares.

## 2. GRUPOS CONTEMPLADOS PELO SISVAN

A vigilância alimentar e nutricional deve contemplar todos os cidadãos (crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes), levando-se em conta as vulnerabilidades: de grupos específicos (crianças menores de dois anos, gestantes, adolescentes e idosos com mais de 80 anos); segundo a presença de morbidades (doenças crônicas não transmissíveis, sobretudo hipertensão arterial, diabetes mellitus tipo II e obesidade); e sociais (beneficiárias de programas sociais, comunidades tradicionais, moradores de rua, acampados, assalariados rurais e moradores de áreas favelizadas)<sup>1,2</sup>. Cada fase ou ciclo da vida possui índices e pontos de corte apropriados, os quais estão destacados no Quadro 2.

Quadro 2 – índices de acordo com o ciclo de vida<sup>1,2</sup>

Grupo	SISVAN 2004	SISVAN 2008
Crianças	Peso para Idade (P/I) Estatura para Idade (E/I) Peso para Estatura (P/E)	P/I E/I P/E IMC/I
Adolescentes	Índice de Massa Corporal (IMC) para idade	IMC/I E/I
Adultos	IMC Relação Cintura-Quadril	IMC Circunferência da Cintura.
Idosos	IMC (com ponto de corte diferenciado dos adultos).	IMC (com ponto de corte diferenciado dos adultos).
Gestantes	IMC por semana gestacional.	IMC por semana gestacional

## 2.1.Crianças

De acordo com o SISVAN (2004), para a classificação do estado nutricional para menores de sete anos são utilizados os intervalos de percentil para o índice P/I (Quadro 3).

**Quadro 3 - Pontos de corte (P/I) para crianças menores de sete anos – SISVAN (2004)<sup>1</sup>**

PERCENTIL	DIAGNÓSTICO NUTRICIONAL
< Percentil 0,1	Peso muito baixo para a idade.
≥ Percentil 0,1 e < Percentil 3	Peso baixo para a idade
≥ Percentil 3 e < Percentil 10	Risco nutricional
≥ Percentil 10 e < Percentil 97	Adequado ou eutrófico
≥ Percentil 97	Risco de sobrepeso.

Já o SISVAN (2008) classifica o estado nutricional infantil através dos índices antropométricos e intervalos de percentil ou escore Z, e tem como alteração fundamental a inclusão do índice IMC para idade (Quadro 4). Para a classificação do estado nutricional de crianças menores de cinco anos, são adotadas como referência as curvas de crescimento infantil propostas pela Organização Mundial da Saúde em 2006, e para as crianças de 5 a 10 anos incompletos a referência da Organização Mundial da Saúde lançada em 2007, que corresponde a uma reanálise dos dados do National Center for Health Statistics – NCHS<sup>2</sup>.

**Quadro 4 – Classificação do estado nutricional infantil – SISVAN (2008)<sup>2</sup>**

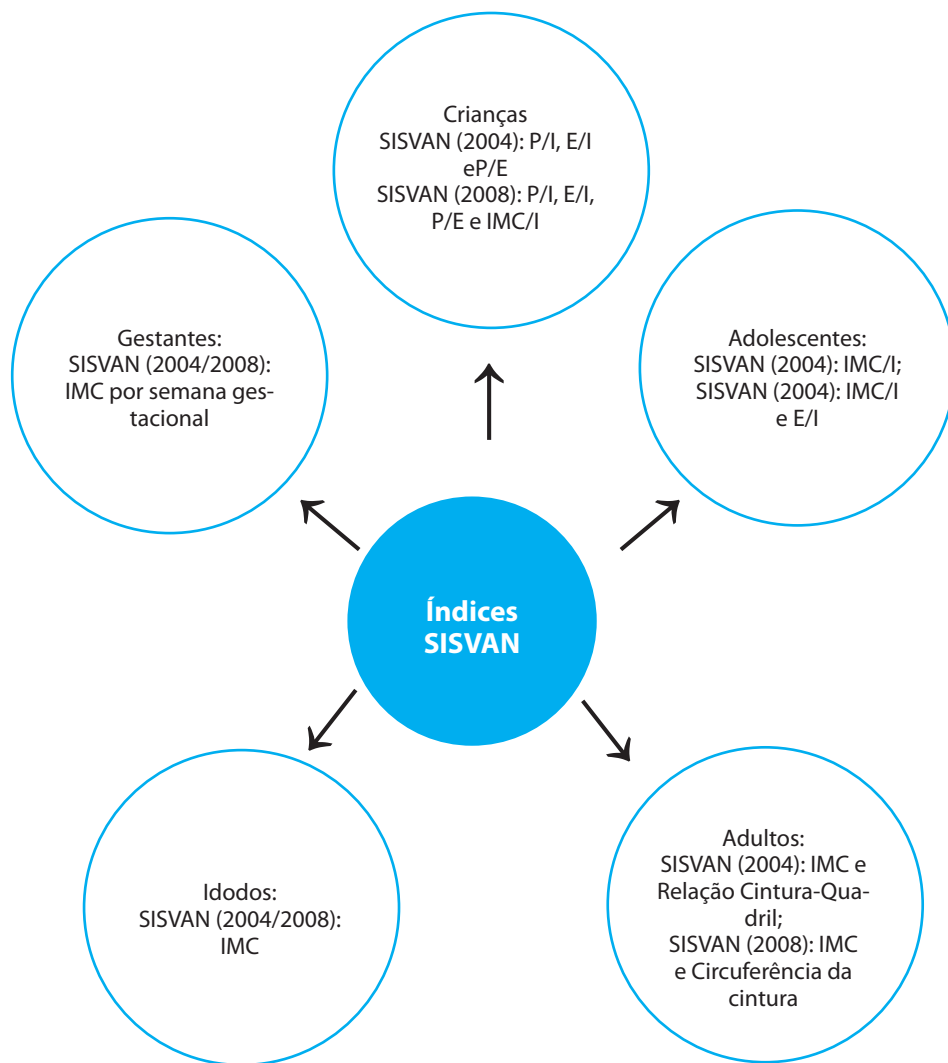
Valores Críticos		Índices Antropométricos						
		Crianças de 0 a 5 anos incompletos.				Crianças de 5 a 10 anos incompletos.		
		P/I	P/E	IMC/Idade	E/I	P/I	IMC/Idade	E/I
Percentil	Escore z							
< Percentil 0,1	< Escore-z -3	Muito baixo peso para a idade.	Magreza acentuada.	Magreza acentuada.	Muito baixa estatura para a idade.	Muito baixo peso para a idade.	Magreza acentuada.	Muito baixa estatura para a idade.
> Percentil 0,1 e < Percentil 3	> Escore-z -3 e < Escore-z -2	Baixo peso para a idade.	Magreza	Magreza	Baixa estatura para a idade.	Baixo peso para a idade.	Magreza	Baixa estatura para a idade.



Palavras-chave	Descrição
<b>Peso para idade (P/I)</b>	Expressa a relação entre a massa corporal e a idade cronológica da criança. Essa avaliação é muito adequada para o acompanhamento do ganho de peso e reflete a situação global da criança; porém, não diferencia o comprometimento nutricional atual ou agudo dos progressos ou crônicos.
<b>Estatura para idade (E/I)</b>	Expressa o crescimento linear da criança. É o índice que melhor indica o efeito cumulativo de situações adversas sobre o crescimento da criança. É considerado o indicador mais sensível para aferir a qualidade de vida de uma população.
<b>Peso para estatura (P/E)</b>	Expressa a harmonia entre as dimensões de massa corporal e estatura. É utilizado tanto para identificar o emagrecimento da criança, como o excesso de peso.
<b>Índice de massa corporal (IMC)</b>	Índice obtido por meio da fórmula: $\text{Peso (Kg)} / \text{Altura}^2 \text{ (m)}$ .



## QUADRO ESQUEMÁTICO







## 1. (PREFEITURA DE ESTÂNCIA TURÍSTICA DE GUARATINGUETÁ/SP – INSTITUTO EXCELÊNCIA – 2017)

Acerca dos parâmetros preconizados pela Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN para cada fase do ciclo de vida referente ao acompanhamento do estado nutricional assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) CRIANÇAS (< 10 anos de idade): os índices antropométricos são utilizados como o principal critério desse acompanhamento.
- (B) ADOLESCENTE ( $\geq 10$  anos e < 20 anos de idade): utiliza o critério de classificação percentilar do Índice de Massa Corporal - IMC segundo idade e sexo padrão de referência National Health and Nutrition Examination Survey - NHANES II.
- (C) ADULTO ( $\geq 20$  e < 60 anos de idade): utiliza a classificação do Índice de Massa Corporal - nos procedimentos de diagnóstico nutricional de adultos, a avaliação pelo IMC é recomendada pela Organização Mundial de Saúde - OMS.
- (D) IDOSO ( $\geq 60$  anos): utilizará como critério prioritário o sistema de classificação do Índice de Massa Corporal - IMC com a utilização dos índices Altura/Idade e Peso/Altura, desvio padrão, escore Z e percentuais da média.
- (E) GESTANTE (> 10 anos e < 60 anos): para avaliar o estado nutricional da gestante, são necessários a aferição do peso e da estatura da mulher e o cálculo da idade gestacional

**GRAU DE DIFICULDADE** ● ● ○

**Alternativa A: CORRETA.** O estado nutricional infantil é classificado por meio dos índices antropométricos e intervalos de percentil ou escore Z. No SISVAN (2008), houve ainda a inclusão do índice IMC para idade<sup>1,2</sup>.

**Alternativa B: CORRETA.** Em relação aos adolescentes (10 a 20 anos incompletos), as recomendações do SISVAN (2004) incluem apenas o IMC por idade para avaliação nutricional, enquanto o SISVAN (2008), além de utilizar o IMC para idade, inclui o índice antropométrico estatura para idade como importante para esse público<sup>1,2</sup>.

**Alternativa C: CORRETA.** Para o público adulto é recomendada a classificação do estado nutricional pelo IMC<sup>1,2</sup>.